



Freguesia ASSUNÇÃO, AJUDA
SALVADOR e S. ILDEFONSO

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA

FREGUESIA

ASSUNÇÃO,

AJUDA, SALVADOR E SANTO ILDEFONSO

DO

MUNICÍPIO

DE

ELVAS

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ASSUNÇÃO, AJUDA, SALVADOR E SANTO ILDEFONSO DO MUNICÍPIO DE ELVAS

Preâmbulo

O Regimento da Assembleia de Freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso do Município de Elvas é constituído por um conjunto de normas que visam regular o funcionamento deste órgão da Autarquia, de forma a que esta possa cumprir as competências que lhe são atribuídas por lei.

As alterações ora introduzidas no Regimento da Assembleia de Freguesia de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso do Município de Elvas, visam prosseguir a operacionalidade e eficácia do funcionamento do Órgão.

O presente trabalho de alteração do Regimento espera traduzir-se num contributo para um melhor funcionamento dos trabalhos a desenvolver pela Assembleia de Freguesia.

Assim, nos termos do disposto do artigo 8º. Da Lei nº,75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Freguesia de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso do Município de Elvas,

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AJUDA, SALVADOR E SANTO ILDEFONSO DO MUNICÍPIO DE ELVAS

1º. - COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1 - A Assembleia de Freguesia de Assunção do Município de Elvas, é composta por 13 membros sendo dirigida por um Presidente e dois Secretários, que constituem a mesa.

2º. - COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1 - A mesa é composta por um presidente, um 1º. Secretário e um 2º. Secretário, será eleita pela Assembleia de Freguesia, de entre os seus membros por escrutínio secreto.

2 - A mesa será eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser substituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.

3 - O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º Secretário e este pelo 2.º Secretário.

4 - Sempre que a mesa não esteja completa, o Presidente chamará a coadjuvar a mesa os membros que entender, desde que a Assembleia esteja de acordo.

5 - Na ausência simultânea de todos os membros da mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, os elementos para integrar a mesa que vai presidir à sessão.

6 - Compete à mesa proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia, podendo os membros considerados faltosos recorrer para este Órgão deliberativo.

7 - As faltas têm que ser justificadas, por escrito, no prazo de 5 dias a contar da data da sessão em que se tenha verificado.

3º. - ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA

1 - Quando algum dos membros deixar de fazer parte da Assembleia por morte, renúncia, perda de mandato ou outra razão será substituído nos termos legais em vigor.

2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal dos membros da Assembleia, o Presidente comunicará o facto à DGAI - Direção Geral da Administração Interna para que esta entidade marque no prazo máximo de 30 dias novas eleições.

3 - A nova Assembleia completará o mandato da anterior.

4º. - PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA

1 - A Junta de Freguesia faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia pelo Presidente que pode intervir nos debates, sem direito a voto nas discussões.

- 2 - Em caso de impedimento, o Presidente da Junta de Freguesia, pode fazer-se representar substituir pelo seu substituto legal.
- 3 - Os Vogais da Junta de Freguesia devem assistir às sessões da Assembleia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Junta de Freguesia, ou do seu substituto.
- 4 - Os Vogais da Junta de Freguesia podem ainda intervir para o exercício de defesa de honra.

5º. - SESSÕES ORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA

- 1 - A Assembleia de Freguesia tem, anualmente quatro sessões ordinárias, em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, que são convocadas por carta com aviso de recepção ou através de protocolo com uma antecedência mínima de 8 dias.
- 2 - A primeira sessão destina-se à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestações de contas do ano anterior
- 3 - A quarta sessão destina-se à aprovação das opções do plano e orçamento para o ano seguinte, salvo o disposto nos termos legais em vigor.

6º. - SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA

- 1 - A Assembleia de Freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou quando requerida:
 - a) - Pelo Presidente da Junta de Freguesia, em execução da deliberação desta;
 - b) - Por um terço dos seus membros;
 - c) - Por um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da Freguesia equivalente a 30 vezes o número de elementos que compõe a Assembleia, quando aquele número for igual ou inferior a 5000, e 50 vezes quando for superior.
- 2 - O Presidente da Assembleia, convoca a sessão no prazo de 5 dias contados a partir da iniciativa da mesa ou da recepção do requerimento previsto no número anterior, devendo a

sessão ter lugar num mínimo de 3 dias e máximo de 10 dias seguintes após a sua convocação.

A convocatória deve ser feita com a antecedência mínima de 5 dias, por carta registada com aviso de receção.

7º. - PARTICIPAÇÃO DE ELEITORES NAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA

1 - Têm o direito de participar, nos termos a definir no regimento, sem direito a voto, nas sessões extraordinárias, convocadas nos termos da alínea c) do N.º 1 do artigo anterior, dois representantes dos requerentes.

2 - Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia de Freguesia se esta assim o deliberar.

3 - A junta faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia de Freguesia pelo Presidente que pode intervir nos debates, sem direito a voto.

4 - Em caso de justo impedimento, o presidente da Junta pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.

5 - Os vogais da Junta de freguesia devem assistir às sessões da Assembleia de Freguesia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Junta, ou do seu substituto.

6 - Os vogais da Junta de Freguesia podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito de defesa da honra.

8º. - DURAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA

As sessões da Assembleia de Freguesia não podem exceder a duração de dois dias ou de um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro do tempo atrás referido.

9º. - COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA

1 - Compete à Assembleia de Freguesia:

- a) - Eleger, por voto secreto, os Vogais da Junta de Freguesia;
- b) - Eleger, por voto secreto, o Presidente e os Secretários da mesa;
- c) - Elaborar e aprovar o regimento;
- d) - Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- e) - Acompanhar e fiscalizar a actividade da Junta de Freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- f) - Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de problemas relacionados com o bem estar da população da Freguesia, no âmbito das atribuições desta e sem interferência na actividade normal da Junta de Freguesia;
- g) - Solicitar e receber informação, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a Freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores, a pedido de qualquer membro em qualquer momento;
- h) - Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da Junta de Freguesia ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;
- i) - Estabelecer as normas gerais de administração do património da Freguesia ou sob sua jurisdição;
- j) - Deliberar sobre a administração das águas públicas que por lei estejam sob jurisdição da Freguesia;
- l) - Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
- m) - Discutir a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;

- n) - Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços da Freguesia;
- o) - Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da actividade por si ou pela Junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da Freguesia, informação essa que deve ser enviada ao Presidente da mesa da Assembleia, com a antecedência de 5 dias sobre a data de início da sessão;
- p) - Votar moções de censura à Junta de Freguesia, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros, no âmbito do exercício das respectivas competências;
- q) - Aprovar referendos locais, sob proposta, quer de membros da Assembleia, quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei;
- r) - Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a Freguesia, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta de Freguesia;
- s) - Exercer os demais poderes conferidos por lei.

2 - Compete ainda à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia:

- a) - Aprovar as opções do Plano, o orçamento e as suas revisões;
- b) - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- c) - Autorizar a Junta de Freguesia a contrair empréstimos de curto prazo e a proceder a aberturas de crédito, nos termos da lei;
- d) - Aprovar as taxas da Freguesia e fixar o respectivo valor nos termos da lei;
- e) - Autorizar a Freguesia a participar em empresas de capitais públicos de âmbito Municipal, para a prossecução de actividades de interesse público ou de desenvolvimento local, cujo objecto se contenha nas atribuições da Freguesia;
- f) - Autorizar a Freguesia a associar-se com outras nos termos da lei;

- g) - Autorizar a Freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas, no âmbito das suas atribuições;
 - h) - Verificar a conformidade dos requisitos previstos por lei, sobre o exercício de funções a meio tempo ou a tempo inteiro do Presidente da Junta de Freguesia;
 - i) - Autorizar expressamente a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a Junta de Freguesia, fixando as respectivas condições gerais, que podem incluir, nomeadamente, a hasta pública;
 - j) - Aprovar posturas e regulamentos;
 - l) – Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respectiva resolução e, no caso de contratos de delegação de Competências, a sua revogação;
 - m) - Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da Freguesia;
 - n) - Aprovar, nos termos da lei, a criação e a reorganização de serviços dependentes dos órgãos da Freguesia;
 - o) - Autorizar a celebração de protocolos de delegação de tarefas administrativas entre a Junta de Freguesia e as organizações de moradores;
 - p) - Autorizar a celebração de protocolos com Instituições Públicas, Particulares e Cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela Comunidade Local;
 - q) - Autorizar a concessão de apoio financeiro, ou outro, às instituições legalmente constituídas pelos funcionários da Freguesia, tendo por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas;
 - r) - Regulamentar a apascentação de gado, na respectiva área geográfica;
 - s) - Estabelecer, após parecer da Comissão de Heraldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, do selo e da bandeira da Freguesia, e da Vila sede de Freguesia, bem como o brasão e a bandeira das Vilas que não são sede da Freguesia, e proceder à sua publicação no Diário da República.
- 3 - A acção de fiscalização mencionada na alínea e) do N.º 1 consiste numa apreciação casuística, posterior à respectiva prática, dos actos da Junta de Freguesia.

4 - Não podem ser alteradas, mas apenas aprovadas ou rejeitadas, as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia referidas nas alíneas a), i) e n) do N.º 2, bem como os documentos submetidos a apreciação, referidos na alínea b) do mesmo número, devendo a rejeição ser devidamente fundamentada, sem prejuízo de a Junta de Freguesia poder vir a acolher, no todo ou em parte, sugestões feitas pela Assembleia.

5 - A deliberação prevista na alínea p) do N.º 1 só é eficaz quando tomada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, não podendo ser apresentada nova proposta sobre a mesma matéria no ano em que a deliberação tenha ocorrido, quando a mesma tenha sido recusada ou não tenha reunido condições de eficácia.

6 - A Assembleia de Freguesia, no exercício das respectivas competências, é apoiada administrativamente, sempre que necessário, por funcionários dos serviços da Autarquia, se existirem, designados pelo respectivo Órgão Executivo.

10.º - COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

1 - Compete ao Presidente da Assembleia de Freguesia:

- a) - Representar a Assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) - Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) - Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) - Abrir e dirigir os trabalhos mantendo a disciplina das reuniões;
- e) - Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;
- f) - Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões. Quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da sessão.
- g) - Comunicar à Junta de Freguesia as faltas do seu Presidente ou do substituto legal às sessões da Assembleia de Freguesia;
- h) - Participar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos membros da Assembleia e da Junta de Freguesia, quando em número relevante para efeitos legais;

- i) - Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelo regimento interno ou pela Assembleia.

11º. - COMPETÊNCIA DOS SECRETÁRIOS DA ASSEMBLEIA

- 1 - Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, assegurar o expediente e, na falta de funcionário nomeado para o efeito, lavrar as actas das sessões.

12º. - PERÍODO DO MANDATO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - O período do mandato dos membros da Assembleia de Freguesia é de 4 anos.

13º. - PERDA DE MANDATO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - Perdem o mandato os membros eleitos da Assembleia de Freguesia que:
 - a) - Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detectada, previamente à eleição;
 - b) - Após a eleição, se inscrevam em partido diverso daquele para o qual foram apresentados ao sufrágio;
 - c) - Sem motivo justificado, deixem de comparecer a 3 sessões seguidas ou a 6 sessões interpoladas;
 - d) - No exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.
- 2 - Compete ao plenário da Assembleia de Freguesia declarar a perda do mandato dos seus membros

- 3 - A perda de mandato de qualquer membro da Assembleia de Freguesia, será comunicada ao tribunal administrativo de círculo, entidade esta que decide a perda de mandato do membro em questão.

14º. - RENÚNCIA AO MANDATO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - Os membros eleitos da Assembleia de Freguesia gozam do direito de renúncia ao respectivo mandato.
- 2 - A renúncia deverá ser apresentada por escrito, ao Presidente da Assembleia de Freguesia.
- 3 - O renunciante é substituído nos termos legais em vigor.
- 4 - A convocação do membro substituto, compete ao Presidente da Assembleia de Freguesia, e deverá ter lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a realização de nova sessão.
- 5 - A falta do membro da Assembleia de Freguesia ao acto de instalação do Órgão, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
- 6 - O disposto no número anterior aplica-se de igual modo, ao membro substituto, que devidamente convocado, não compareça ao referido acto.
- 7 - A apreciação e a decisão sobre a justificação referida nos números anteriores, cabem à Assembleia de Freguesia, e devem ter lugar na primeira sessão que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

15º. - PREENCHIMENTO DE VAGAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - As vagas ocorridas na Assembleia de Freguesia e respeitantes a membros eleitos directamente são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
- 2 - Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido

ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

16. - PUBLICIDADE DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1 - As sessões da Assembleia de Freguesia são públicas.

2 - A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprová-las por opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coima de € 100 até € 500 pelo Juiz da Comarca, sob participação do Presidente da Assembleia e sem prejuízo da faculdade ao mesmo atribuída de, em caso de quebra da disciplina ou da ordem, mandar sair do local da sessão o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da lei penal.

3 - Compete ao plenário da Assembleia de Freguesia a faculdade de deliberar sobre a existência de um período de intervenção aberta ao público.

17. - REQUISITOS DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1 - As sessões da Assembleia de Freguesia não terão lugar quando não esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 - Nas sessões extraordinárias a Assembleia de Freguesia só pode deliberar sobre as matérias para que hajam sido expressamente convocadas.

18. - REQUISITOS DAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - As deliberações da Assembleia de Freguesia são tomadas à pluralidade de votos, estando presentes a maioria do número legal dos seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
- 2 - As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são feitas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida a Assembleia delibera sobre a forma da votação.
- 3 - Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.

19º. - IMPEDIMENTOS AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - Nenhum membro da Assembleia de Freguesia pode participar na discussão e votação de assuntos que lhe digam directamente respeito, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2º. grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum.

20º. - FORMALIDADES DOS REQUERIMENTOS DE CONVOCAÇÃO DE SESSÕES EXTRA-ORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

- 1 - Os requerimentos a que se reporta a alínea c) do artigo 6º. deste regimento são acompanhados de certidões comprovativas da qualidade de cidadão recenseado na área das respectiva Autarquia.

21º. - ENTRADA EM VIGOR DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

1 - O Regimento da Assembleia de Freguesia entra imediatamente em vigor, logo após a sua aprovação, e poderá ser alterado pela Assembleia de Freguesia ou por iniciativa da maioria do número legal dos seus membros.

22.º - OMISSÕES

1 - Em tudo que este regimento for omissivo, a Assembleia de Freguesia reger-se-á pela Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro de 1999, e pelas alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro de 2013.
